

# A VIA COLONIAL E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

HENRIQUE ALMEIDA DE QUEIROZ\*

## Resumo

A Via Colonial, enquanto proposta de entendimento da constituição do capitalismo brasileiro possui determinadas categorias que se põem como essenciais para explicar esta forma particular determinada do metabolismo social do capital. Dentre as variadas tematizações e problematizações levantadas durante o itinerário de José Chasin, a superexploração da força de trabalho é identificada pelo mesmo através dos relacionamentos dos interesses econômicos próprios da burguesia nacional subalterna, retardatária e de industrialização atrofiada, com o capital externo, o que chama atenção para a particularidade de tal categoria na realidade brasileira. Categoria determinante para o entendimento dos dilemas nacionais do passado e do presente, o texto visa apresentar a problematização da superexploração da força de trabalho, o tratamento dado por Chasin e quais as formas mais gerais da questão atualmente no Brasil que continuam confirmando algumas das categorias contidas na tese da Via Colonial.

Palavras-chave: Capitalismo; Via Colonial; Superexploração.

## Abstract

The Colonial Path while a proposal for the understanding of the constitution of brazilian capitalism has determinates categories which are as essential to explain this particular and determined form of capital's social metabolism. Among various themes and problematizing raised during the itinerary of José Chasin, the overexploitation of the workforce is identified by the same through the relationships of the economic interests of the subaltern national bourgeoisie, in which lags in an atrophied industrialization, with the external capital, that calls attention to the particularity of such category in the brazilian reality. Determinant category for the understanding of national dilemmas of the past and the present, the text aims to present the problematizing of the overexploitation of the workforce, the treatment raised by Chasin and in what forms of this question in general actually continue confirming in Brazil some of the categories contained in the thesis of The Colonial Path.

Key-words: Capitalism; Colonial Path; Overexploitation.

## Introdução

A crise mundial do capital eclodida em 2008 atingiu de forma particular e desigual os países do globo. Diferentes histórias da formação social,

\* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor do Departamento de Administração da UFJF, *campus* Governador Valadares. E-mail: <henriqueiroz84@gmail.com>

econômica e política, o atual estado de avanço e domínio da produção e reprodução do metabolismo capitalista pelo mundo geram traços e características particulares das dificuldades de realização do capital, de onde surgem as possíveis soluções para retomada de seus processos de acumulação. Iniciada a crise, ela não fica circunscrita aos países capitalistas centrais e chega aos países da periferia, e a classe trabalhadora do país é quem deve sentir seus efeitos mais perversos.

Diante de uma crise global e nacional, nas quais são levantadas as possibilidades de sua superação e o retorno das taxas de lucratividade do capital, o Brasil se encontra com uma série de questões políticas, sociais e econômicas que englobam também os processos da formação capitalista industrial nacional e sua relação com o Estado. Dentre os enormes dilemas e questões que surgem, o texto objetiva mostrar que algumas das respostas estruturantes da economia que estão sendo gestadas durante o processo de crise nacional e internacional se constitui na suspensão ou eliminação das políticas de financiamento do Estado e um ataque mais intensivo aos direitos dos trabalhadores que, considerando a história nacional, tem a semelhança das decisões de seu atraso e carrega consigo as particularidades da burguesia nacional e de sua classe trabalhadora. Assim, as formas que vêm sendo encontradas para a resolução dos problemas de ordem econômica acontecem, com maior ou menor intensidade, sem negar a estrutura da anatomia política e econômica herdada de seus processos históricos, que determinam a legalidade do capitalismo brasileiro.

Para responder a tais importantes questões do capitalismo brasileiro utilizaremos a Via Colonial proposta por José Chasin (1978). Com ela podemos abordar a formação do capitalismo brasileiro, marcada pela exclusão da participação das massas nos processos decisivos da modernização capitalista. Abordaremos também autores muito importantes do pensamento brasileiro que estão inseridos nas tematizações do autor, de modo que complemente o entendimento da composição teórica da superexploração em seus textos.

Dentre as inúmeras questões que devem ser enfrentadas na atual formação capitalista do Brasil, grande parte delas tem raiz econômica, um fundamento de sociabilidade do capital calcado na superexploração da força de trabalho, ou seja, as “Bases multitudinárias que sofrem a tragédia econômica e social da reprodução da miséria brasileira, diretamente sob a forma de superexploração do trabalho, ou seja, de arrocho salarial”

(Chasin, 1986, p. 3). Objeto de exploração intensificada pelos mecanismos do atrelamento de interesses externos e subordinação econômica, a classe trabalhadora do Brasil se viu historicamente imprimida pelos desejos de lucros tanto das burguesias nacionais quanto dos investidores internacionais, quando dos processos decisivos apresentados pela abertura histórica de autonomização industrial a partir de 30. Deficientemente espraiada pelo território, a atrofia do sistema metabólico do capital possui caracteres históricos perversos no tratamento da questão da remuneração da força de trabalho no Brasil, que se apresenta de forma mais objetiva à medida que se desenvolve um mercado formal de trabalho, impulsionado pela industrialização.

A marginalização e exploração acentuada de grandes contingentes populacionais dessa sociedade industrializada na subordinação é a marca mais perceptível da incapacidade de nossa burguesia em atender os anseios do desenvolvimento econômico nacional, objetivando um forte mercado interno, com maior robustez para a manutenção da realização e acumulação de capitais dentro do mercado nacional. Uma solução encontrada para fazer frente às necessidades de manutenção de altas taxas de lucro se encontra na história da relação dessa burguesia com a classe de trabalhadores nacionais, no transpasso das décadas referentes ao processo de industrialização nacional. Necessário, então, entender este processo para conseguir detectar as principais determinações que envolvem a anatomia da sociedade civil brasileira, de um capitalismo atrofiado no qual sua sustentação está, em maior ou menor medida, na superexploração da força de trabalho. Isso se mostra como um alargamento às contribuições para a compreensão de um dos diversos elementos do capital brasileiro, ou como Chasin apresenta: “Tudo isso decorre, é claro, de nosso processo de formação, da maneira pela qual, nas fronteiras de nosso espaço nacional, as classes sociais ganharam existência, urdiram e foram urdidadas por uma infinidade de vetores e situações, de ordem interna e externa” (2000c, p. 103).

Este trabalho apresenta além desta introdução, mais três seções que se dividem sobre a delimitação da Via Colonial, a tematização da superexploração do trabalho em Chasin e Marini e, por último, as conclusões eivadas do processo de análise em questão em conjunto com rápidas considerações sobre a crise internacional e nacional em andamento.

## I. A VIA COLONIAL DE OBJETIVAÇÃO DO CAPITALISMO

O pensador marxista José Chasin detém muitas contribuições e elucidacões críticas para os postulados teóricos que tentavam compreender e explicar teoricamente a realidade brasileira. Sua produção se encontra dentro da conjugação de uma grande quantidade de intelectuais brasileiros que buscavam desenvolver e explicar criticamente a estrutura social e econômica brasileira.

A posição colonial do Brasil é um dos principais fatores que fundamentam a lógica da exploração econômica na nossa formação nacional industrializada hipertardamente. Formada por interesses orientados para o comércio externo, raros foram os momentos nos quais os setores econômicos dominantes do cenário nacional tiveram algum interesse pela formação de um mercado interno robusto e buscaram a soberania econômica em relação aos interesses das economias centrais. O processo de objetivação do capitalismo brasileiro pela Via Colonial proposta por Chasin (1978) visa determinar a constituição histórica da industrialização em sua maneira própria de ser, entender a legalidade interna particular do país nos permitindo divisar as diferenças específicas do caso concreto e quais serão as consequências para a classe do capital e a classe do trabalho, pois “nas sociedades clivadas, a classe é a mediação efetiva entre cada indivíduo e o gênero a que está formalmente subsumido, meio substantivo que decide a respeito dessa pertença e resolve a forma de sua efetivação” (2000d, p. 247).

O que buscamos entender é a totalidade do comportamento social brasileiro no que houve de mais determinante nos processos de distribuição dos meios de produção e das forças econômicas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a direção pela qual o capitalismo brasileiro se comporia em uma formação altamente excludente na distribuição da riqueza socialmente produzida. Em outros termos, buscaremos trazer alguns elementos que compõem a ação recíproca dos setores econômicos dominantes em relação à classe do trabalho, que vende sua força para o mercado, gerando o processo fundante do relacionamento específico das classes no Brasil, pois a classe “Em última análise, é o meio seletor que, de fato, inclui ou exclui, dá ou veda o acesso de cada um à comunidade humana” (2000d, p. 247). Assim, traremos aqui os elementos que cumpriram o papel de constituir os complexos do comportamento social brasileiro a partir de determinados setores dominantes históricos da economia:

Pelo contrário, trata-se efetivamente de determinar seus níveis e conexões, níveis e conexões de sua própria interioridade, de modo que se refigure intelectualmente a sua própria ordem imanente. [. . .] As relações infrassuperestruturais aparecem, então, não como uma proposta formalista, como uma simples construtura, mas sim justificadas pela própria natureza do ser, de modo que a fundamentabilidade então conferida a determinante econômica não é a arbitrária conferência de privilégio a um fator (parte), mas a identificação do decisivo caráter determinante de uma “anatomia” (Chasin, 1978, pp. 65-6).

Primada por uma formação econômica e social voltada desde seu início para o comércio externo (Prado Jr., 2011) o Brasil passou pelos seus processos de colonização, independência e industrialização, conferindo entalhes particulares em sua formação capitalista hipertardia que manteriam a convivência do velho na emergência do novo. De um processo que viga suas bases na condição de colônia, a formação industrial nacional sofreria enormes reveses de interesses antagonicos, partindo principalmente dos setores agrários e comerciais orientadas para o lucro do comércio externo, desde suas primeiras manifestações após a Independência (Luz, 1978).

O início claudicante da industrialização brasileira ocorre num processo histórico do domínio do imperialismo britânico, no qual os setores dominantes da sociedade do período colonial continuaram a manter as concentrações de propriedades nas esferas mais lucrativas da produção nacional e na disputa por interesses dentro do Estado. A estes fatores se adicionam os interesses internacionais, desde o liberalismo econômico dos setores comerciais financeiros da época pré-30 até a paulatina ordenação e orientação do processo de modernização industrial nacional, associando seus interesses aos da burguesia nacional composta por interesses agrários, comerciais e industriais em conluio com o principal centro de acumulação, do imperialismo norte-americano. O país é marcado por uma história onde o novo não rompe com o historicamente atrasado, um processo dissolutivo incompleto, que perpassa as contradições internas que mantemos mesmo na constituição de nossas indústrias.

O que Marx (2013) definira como via clássica de surgimento do capitalismo na Inglaterra e desvelara as categorias de funcionamento do sistema das relações sociais de produção fora levado a novas aplicações para a compreensão das formas de ir e ser do capital que não negam as conclusões

do sistema erigido por Marx. Desta forma, a Via Colonial compreende as diferenças das legalidades internas dos Estados-nação que constituem o complexo do sistema do capital no mundo, abordando pelo método das diferenças específicas do processo histórico as particularidades que compõem o caso nacional.

Sendo o capítulo XXIV de *O capital* (2013) que demarca a constituição histórica do capitalismo inglês, outras formas de objetivação do capital surgiram e o caso da via prussiana do capitalismo alemão denota algumas particularidades que permitem identificar o caso brasileiro, mas que não delimitam as diferenças específicas do processo. O caso da via prussiana, ou das formas não clássicas de objetivação do capitalismo, apresentada por Marx (2012), aludida por Lênin (1963) e analisada em sua formação histórica e consequências reais por Lukács (1959), nos permite identificar semelhanças e divisar as diferenças específicas.

Entretanto, significa dizer que a forma histórica em que se deu na Alemanha, apesar de seus traços comuns divididos, não é a mesma totalidade histórica sob a qual o nosso país irá adentrar no modo de produção capitalista. Nas palavras de Marx (apud Chasin, 1978, p. 29), “Assim, pois, eventos notavelmente análogos que, porém, ocorrem em meios históricos diferentes conduzem a resultados totalmente distintos. Estudando em separado cada uma destas formas de evolução e comparando-as depois, pode-se encontrar facilmente a chave deste fenômeno, nunca porém se chegará a isto mediante o passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica”. Conclui-se, portanto, que “o decisivo não é tanto o que um nome possa designar, «mas como o objeto nomeado se objetiva, se individualiza, enquanto entidade social»” (Chasin, 2000a, p. 16).

Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil quanto na Alemanha a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo “alto” caracterizou os processos de *modernização* de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas *partes* do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria,

isto é, do “verdadeiro capitalismo”, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas (Chasin, 2000b, pp. 43-4).

O problema das conclusões advindas apenas na sustentação da comparação pelas condições de semelhança é que, segundo o próprio Chasin, tal equiparação, “equivaleria a igualizar a realidade de um país economicamente subordinado, predominantemente agrário-exportador, com a de países altamente industrializados, dentro de particularidades históricas específicas, como polo dinâmico do grande capital” (1978, pp. 37-8). Assim, a via prussiana conforma realidades particulares na história no desenvolvimento industrial das forças produtivas daqueles países, saindo da qualidade de capitalismo atrasado para assumir a condição de desenvolvido no estágio imperialista do processo de acumulação mundial. Não há razoabilidade histórica comparar mimeticamente os países de passado feudal com os países de extração colonial, a não ser a identificação das condições de conciliação com o atraso nos países condizentes à via prussiana, ou seja, modificações não revolucionárias alterando as composições de classe no Estado sem a participação das massas e objetivando superar os obstáculos à supremacia industrial daqueles países: “Seja como for, nos três casos estamos diante de objetivações capitalistas tardias — e que não são acompanhadas pelo progresso social que marca os casos clássicos, mas que atingem o estágio imperialista no alvorecer do século XX ou muito pouco depois” (2000b, p. 49). Chasin acolhe tal semelhança nos casos não clássicos das formas de objetivação do capitalismo, isto é, sem rupturas superadoras dos sistemas sociais antigos: “E é assim que elas se põem, em suas *debilidades, como elos da cadeia imperialista. Elos débeis*, e de debilidades distintas em grau e natureza, mas *elos da cadeia imperialista* (2000b, p. 49, *itálicos no original*).

Em nosso caso, uma das características específicas no processo de colonização é a ausência da preocupação com o consumo popular básico (a miséria generalizada) e o predomínio da exploração econômica visando interesses próprios dos setores dominantes para o comércio externo. Sintetizando com Prado Jr. (2011, p. 75):

O que interessa aqui é notar que a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a

exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que ali habita. Daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos.

Os vastos contingentes de terra em poucas mãos, a exploração de mão de obra escrava e a aplicação de largas monoculturas de interesse comercial europeu formam a tessitura da reprodução econômica da época colonial. A empreitada que se apresentava nas colônias latino-americanas fora iniciada com objetivos específicos de obter um alto retorno econômico, considerando os riscos envolvidos nos trópicos. Ao invés de uma ocupação, o que nos marca enquanto colônia foi a exploração aventureira: “A emigração para cá, sobretudo na fase mais ativa dela em que responde ao apelo das minas, tem um caráter aventureiro em que — é a regra geral em casos dessa natureza — o homem emigra só” (Prado Jr., 2011, p. 113).

Essa diferença de sentidos econômicos da colonização determinará profundamente as diferenças históricas nos dinamismos de seus processos de industrialização. Ainda que à época em que escrevia Prado Jr. a situação brasileira se encontrava “sem forma”, aberta economicamente em seu futuro “[. . .] há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem-sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu” (2011, p. 9). Esses anacronismos da situação brasileira em um ajustamento que não rompe com traços de seu passado colonial que forcem determinados ajustes durante a marcha da industrialização do capitalismo hipertardio historicamente e “Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional” (2011, p. 10). Nesse sentido,

Analise-se os elementos da vida brasileira contemporânea; “elementos” no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não “tomou forma”. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda,



e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isso, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar que não é senão aquele passado colonial (Prado Jr., 2011, p. 9).

Encarceradas por seu processo histórico próprio, a Independência nacional e a constituição da República não constituíram elementos fortes o bastante para a dissolução dos interesses agrários dominantes na época da industrialização, mas foram elementos decisivos para tal encaminhamento de conciliação com o atraso. Assim, “Abstraída a Velha República do Partido Republicano, que se articulava, aliás, por meio das alianças entre os governadores, nunca mais o país conheceu um partido político capaz de dispensar o respaldo de outras agremiações para galgar o poder e exercê-lo” (Chasin, 2000d, pp. 241-2). Esta é a maneira pela qual o capitalismo subordinado encontra para suas agremiações políticas, já que no capitalismo brasileiro “Não tem cabido nessa moldura grandes partidos, fortes, estáveis, aptos a projetar uma identificação nacional efetivamente integradora dos diversos personagens societários brasileiros” sendo então que “Em seu lugar, nos momentos incisivos, têm se formado os *conglomerados* de múltiplos interesses, tendências e extrações, que se esgotam tão logo são atingidos ou ultrapassados os objetivos que os moldam” (Chasin, 2000d, p. 242). A história brasileira, entrevada de golpes contra as agremiações de cunho popular que se alçaram ao poder ou que tendiam a alguma contestação ao poder econômico dominante, tem em si a tônica que move a união *sempre temporária* das forças econômicas dominantes dentro do Estado, que se juntam para atender a seus interesses econômicos exclusivos e, findados ou realizados, novamente se reparam, dada a inexistência histórica de uma burguesia que aspirasse à hegemonia nacional. Nisto, o trabalho de Luz (1978) perpassa com grande riqueza de detalhes as dificuldades das quais os setores agrários e comerciais dominantes da época impunham ao surgimento de leis e garantias estatais para a criação de indústrias em solo nacional. Segundo a autora, foi a partir de meados de 1870 que as condições para a aplicação industrial seriam mais favoráveis. A partir de então, cresce a indústria nacional intermitentemente em conflito com interesses agrários e do comércio internacional, mas sempre em detrimento da

produção de bens de necessidades populares. A preocupação geral eram os lucros advindos do setor econômico de exploração e não o atendimento das necessidades básicas da classe trabalhadora brasileira. A formação de grandes empresas nacionais, aquelas indústrias que já se haviam estabelecido durante os períodos turbulentos que constituem a Independência se mantêm na política errática e de liberação das sociedades anônimas, tendo consideráveis repercussões na República em 1889. Assim, se deu que “a partir de 1909, uma fase caracterizada pelas tentativas de se inaugurar um novo industrialismo cujos alicerces deveriam repousar na existência de indústrias básicas, particularmente a siderurgia” (Luz, 1978, p. 165) toma forma durante o período entreguerras. Segundo Francisco de Oliveira (2006, p. 445), “O resultado será um ritmo de acumulação industrial não apenas lento, mas intermitente e, conseqüentemente, níveis bastante medíocres para o conjunto da economia industrial como um todo”. Neste tocante, Chasin complementa que “Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com suas relações sociais” ou, sinteticamente, “a determinação estruturante da sociabilidade provém das forças produtivas” (2000b, p. 69).

De Prado Jr. (2007, p. 115) retiramos que “o ajustamento do Brasil à nova ordem imperialista se processou sem modificação substancial do caráter fundamental da economia do país; isto é, a produção precípua de gêneros destinados ao comércio exterior”. Isso indica que dentro de nossas diferenças específicas contém a condição subalterna da produção capitalista industrial, não superada pela burguesia nacional e as necessidades materiais da classe trabalhadora sendo relegadas para segundo plano. “De maneira que ficam distinguidos, neste universal das formas não clássicas, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, pagam alto tributo ao atraso, dois particulares que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é nem se põe como o mesmo” (Chasin, 1978, p. 628).

Este velho que não é e nem se põe como o mesmo, a posição subalterna da economia colonial e a ausência da composição, por parte das classes dominantes, de ideias de um nacionalismo que orientasse o desenvolvimento das necessidades das classes trabalhadoras, nos indica que o período mais marcante da industrialização nacional (identificado com os processos de alteração das composições das forças burguesas no Estado com a chegada

dos setores industriais, mas sem a eliminação dos antigos interesses agrário-exportadores) seria conduzido de forma que atenda os vários interesses contraditórios dentro da própria burguesia brasileira, em detrimento dos interesses população nacional. Como Chasin deixa claro,

Sem dúvida, a história brasileira desde a década de 30 é a história da incapacidade da versão atrofica do capital verdadeiro para integrar, de seu prisma, a maior parte da população à sociedade nacional. Enquanto tal uma história fantástica de desperdícios, sobretudo de energias ou recursos humanos. Nesse contexto, a marginalização é a própria marca registrada dos *feitos* do capital atrofico, que a *teoria da marginalidade*, no entanto, só logrou registrar como um oceano desconcertante de sacrificados e embaídos, que pretendeu transformar, em momentos utópico-especulativos, no esteio social de supostamente novas figurações das marchas transformadoras, para além da potência e da lógica das classes. Não conseguiu apreender o fenômeno da exclusão massiva, ou antes, nem mesmo vislumbrou a necessidade de associar visceralmente a marginalidade à impotência de uma forma de capital, mas a tomou apenas, politicamente, nos seus efeitos sociais como o fracasso de uma *política econômica*. Ou ainda, não alcançou entender o universo dos condenados à escuridão como um descomunal exército industrial de reserva e, assim, enquanto figura própria de uma sociedade industrializada na subordinação. Não atinou, tal como se deu também com seus parceiros conceituais do quadrilátero teórico dominante, que estava às voltas com um modo de objetivação capitalista que des-integra (ao contrário das entificações clássicas) e que, portanto, fracassa como princípio de identificação nacional, gerando, ao inverso, uma expressão polar de dessintonia social — a marginalidade enquanto (des)ordem societária do capital atrofico (Chasin, 2000d, p. 272).

O uso do Estado para a consecução dos interesses industriais subordinados no Brasil foi a principal forma encontrada para que os setores dominantes avançassem no processo de industrialização através da implementação de infraestrutura das indústrias de base, necessidade esta já declarada pela classe industrial antes dos processos iniciados com a chegada de Getúlio Vargas, da política de créditos e subsídios industriais representada

pelo Programa de Substituição de Importações (PSI). Outra forma encontrada entre 30 e 64 foi a contenção da valorização salarial diante da inflação, notadamente no governo Dutra, que denota, no conjunto de tais fatores, a incapacidade e o desinteresse histórico da burguesia nacional de arcar independentemente com o processo de acumulação capitalista com a criação de um mercado interno robusto.

As reivindicações mais comuns da classe do trabalho eram o aumento de salários, o fim da exploração de menores e mulheres, a redução de jornada (trabalhava-se de doze a dezesseis horas diárias) e a melhoria das condições gerais de trabalho. Até então, não existira legislação social abrangente. Antes de tal legislação, valia o regulamento de cada unidade fabril, incluídos até castigos físicos. As relações entre empresários e trabalhadores se desenvolveram sob a questão da servidão escravista. No problema da regulação da jornada de trabalho industrial na Inglaterra se encontra que “O modo de produção material modificado, ao qual correspondem as relações sociais modificadas entre os produtores, engendra, de início, abusos desmedidos e provocam, como reação, o controle social que limita, regula e uniformiza legalmente a jornada de trabalho e de suas pausas. Por isso, durante a primeira metade do século XIX, esse controle aparece como mera legislação de exceção” (Marx, 2013, pp. 369-70). No país teríamos então que o processo de ajustamento entre as classes sociais se dariam de forma mais lenta, pagando alto preço pelo seu passado.

Portanto, na incompletude da industrialização hipertardia, as tarefas cabidas à burguesia foram levadas a cabo pelo Estado, representando os interesses destes setores como os verdadeiros interesses “nacionais”. O desinteresse da burguesia em se alçar aos mesmos patamares das economias centrais perfaz o caminho da industrialização. De tal processo histórico emerge pela primeira vez na história uma legislação trabalhista unificada, ratificando e ampliando regras e legislações até então dispersas e estabelecendo, através da criação por decreto governamental, a Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, o principal instrumento de regulação da exploração capitalista da força de trabalho no país. Por outro lado, fica perceptível que as tarefas legadas à classe trabalhadora também se constituíam de conquistas pontuais de determinados setores, mas que foram consolidadas pelo próprio Estado, representando uma conquista nas lutas internas pela jornada normal de trabalho. Encontra-se em Marx (2013, p. 370) a importância dessa passagem histórica na Inglaterra: “A criação de uma jornada normal

de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalistas e trabalhadoras”. Em nosso caso,

Interessa no momento, acima de tudo, frisar a tensão entre os dois pontos do desafio originário: a ultrapassagem da sociedade agrário-exportadora pelo capital industrial e a pretendida resposta integradora para a questão social, que a Velha República considerava quase que oficialmente uma *questão de polícia*. Contraste que não pode ser menosprezado, nem liquefeito pelas acrobacias bisonhas da *teoria do engano da burguesia*. Mas, isto sim, reconhecido em suas reais proporções, para melhor aferir a *tensão* apontada, no sentido de que a disjunção entre *evolução nacional e progresso social* não seja erroneamente apanhada como um fenômeno originado no processo de materialização da sociedade industrial, mas como um componente estrutural da formação que a emergência daquela não alterou para melhor, apesar das esperanças que suscitou nessa direção quando encetada e ao longo de um bom número de suas evoluções (Chasin, 2000d, p. 273).

O processo do golpe em 1964 sintetizou a disputa entre um nacionalismo de industrialização autônoma, representado pelas Reformas de Base e o Plano Trienal, que foram interpretados como um “fantasma do comunismo”, no esteio da Guerra Fria e de seus complexos movimentos mundiais. Os setores dominantes apoiavam então o aprofundamento dos laços econômicos com os países capitalistas centrais (em especial o estadunidense), a defesa da livre empresa e criticavam a intervenção estatal na economia. Mas a convulsão econômica e social que inicia a década de 60 apresentava problematicamente o padrão de acumulação exibido no governo Kubitschek, de desnacionalização das indústrias nacionais e da ampliação do endividamento público para consecução de obras públicas, em contraposição às propostas populares de distribuição das propriedades dos meios de produção oriundo da eleição de Jânio Quadros e João Goulart. A Via Colonial do capitalismo lega uma burguesia nacional particular:

[. . .] que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou a faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neocolonial

ou de subordinação estrutural ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela Via Colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a um regime político democrático-liberal, de outro lado, a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela Via Colonial tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos polos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia prussiana é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo (Chasin, 2000c, pp. 103-4).

Em síntese,

O que importa ressaltar nessa sumária colocação do processo, é que pela *via colonial* da objetivação do capitalismo o receptor tem de ser reproduzido sempre enquanto receptor, ou seja, em nível hierárquico inferior da escala global de desenvolvimento. Em outras palavras, pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos imanentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integralizaram a figura própria do capital, isto é, são capitais estruturalmente *incompletos* e *incompletáveis*. Pelo que *são e vão sendo*, em todo fluxo de sua ascensão, ponto a ponto, reiteram a condição de subalternidade do “arcaico”, para qual todo estágio de “modernização” alcançado é imediatamente confirmação de sua in contemporaneidade. O receptor é assim a desatualidade permanente, o “arcaico” irremissível, por si e pela relação com o outro; dito ao inverso, o “arcaico” é a condição de existência do receptor. Por consequência, a passagem deste ao *moderno* só pode ser dada pela ruptura da subordinação; se esta é impossível, a *modernização efetiva* é igualmente impossível. Donde, tal como hoje é formulada, a contraposição abstrata entre o arcaico e o moderno e a pregação da *modernização sem ruptura* é meramente a *reciclagem do arcaico*, o reajustamento da desatualidade, sem o qual a formação receptora fica imprópria para a exercitação do capital dominante; e

até mesmo a simples sustentação do espaço capitalista subalterno fica comprometida em sua estagnação (Chasin, 2000d, p. 214).

## **2.A manutenção da superexploração da força de trabalho: Chasin e Marini**

O processo estruturado pós-64 serviria aos interesses dominantes das classes capitalistas brasileiras subordinados aos interesses externos. Esta seria a “abertura” histórica composta no processo de 30-64 sobre a possibilidade de uma industrialização autônoma e de cunho nacional que serviria aos interesses populares e trabalhistas. Nesse processo, resulta que “Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica [. . .]” (Chasin, 1989, p. 49).

Sem revolução burguesa, o Brasil vem a ser a herança de uma unidade territorial e linguística constituída na subsunção formal ao capital, através de uma sociedade escravista. Herança, por consequência, de uma forma desagregada, sem dimensão de sociabilidade nacional, identidade econômica ou cultural, a não ser a ficção da autonomia política.

O que possa ser chamado de *identidade econômica* vem sendo configurado pela dinâmica de fôlego restrito dos agentes internos — privados e públicos — combinada com a impulsão externa, sempre reitora, através dos processos de universalização do capital, o que confere ao país papel subalterno, periodicamente modernizado em sua subordinação estrutural. Assim, a nação é intermitentemente cosmopolita, sem nunca ter deixado de ser provinciana, e os brasileiros internacionais, sem nunca sido nacionais.

O decisivo é que a *falta de identidade*, sob seus distintos aspectos, não é uma questão superficial de personalidade ou cultura, mas de forma de vida e, na raiz, um problema que avassala o nível elementar da própria subsistência física dos indivíduos que integram o país (Chasin, 2000d, p. 220).

A problemática da superexploração da força de trabalho no país foi objeto de grande discussão no pensamento social latino-americano das

décadas de 50 a 70, inaugurada pelas teses marinistas, principal expoente da Teoria Marxista da Dependência. Marini não obteve à época grandes repercussões em solo nacional, apesar de ter-se destacado no pensamento latino-americano (Ferreira & Luce, 2012). Marini tem, em seus momentos essenciais e considerando as duas obras que envolvem esse problema com maior atenção (1971; 2008), a proposta de uma categoria marxiana que aqui funcionaria de maneira particular, decorrente de sua própria forma de desenvolvimento capitalista dependente, quando o Brasil tem sua inserção de “independência formal” no mercado mundial e, posteriormente, passa a ser uma realidade transformada de essencialmente rural para urbano-industrial, com a manutenção do caráter de reprodução dos mecanismos geradores da dependência econômica dos países subdesenvolvidos em seus processos de desenvolvimento capitalista.

Para além do aforismo de Gunder Frank (1969), o desenvolvimento do subdesenvolvimento, outros de seus estudos demonstram uma contribuição ainda maior para a resolução teórica de Marini, a saber: a crítica ao PCB e suas teses de burguesia nacionalista; a crítica à lumpemburguesia (burguesia dependente) entre outras.<sup>1</sup> A confirmação destes problemas através do aforismo o possibilitará a busca pela descrição do funcionamento do capital em metabolismos sociais de diferente constituição histórica, apontando os problemas de ordens estruturais de sua execução, que dão limites extremos para a consecução de um desenvolvimento pautado na despreocupação com a necessidade popular e com os limites de uma burguesia que não rompe com seu passado. Marini tentará abstrair dos principais processos históricos levantados por ele, para buscar então o modo de regulação particular entre capital e trabalho no Brasil, qualificando-o como capitalismo *sui generis*, dada as intrincadas relações das trocas desiguais no mercado mundial e dos mecanismos de transferência de valores das economias dependentes para as economias centrais (Marini, 2011).

O tratamento de Marini se dá em grande parte pela teoria do valor em Marx, analisando o ciclo do capital nas economias subordinadas (ou

1 A. G. Frank. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. Nova York; Londres: Monthly Review Press, 1969. Ver também: A. G. Frank. *Latin America: underdevelopment or revolution*. Nova York; Londres: Monthly Review Press, 1969. A. G. Frank. *Dependent accumulation and underdevelopment*. Nova York; Londres: Monthly Review Press, 1979. A. G. Frank. *Crisis in the third world*. Londres: Heinemann, 1981. Em especial ver: A. G. Frank. *Lumpenbúrguesía: lumpendesarrollo*. México D. F.: Serie Popular Era, 1974. Neste último, ele rebate as principais críticas recebidas em seus primeiros estudos sobre a ausência da análise de classes nos países dependentes.



dependentes) e os mecanismos constringentes da transferência do valor produzido na integração de interesses dos países atrasados para os países de capitalismo avançado pelas trocas desiguais no mercado mundial. Segundo Marini, (1971, p. 18),

Este proceso se completó con la renuncia de la burguesía llevar a cabo una política de desarrollo autónomo. En efecto, el asedio de los capitales extranjeros, que se intensifica en los años cincuenta, coincide con la dificultad de las economías latinoamericanas para lograr una flexibilización de su capacidad para importar, mediante la expansión de exportaciones tradicionales [. . .] Así, la burguesía industrial latinoamericana evoluciona de la idea de un desarrollo autónomo hacia una integración efectiva con los capitales imperialistas y da lugar a un nuevo tipo de dependencia, mucho más radical que el que rigiera anteriormente.

Desta forma, “En realidad, lo que pasaba era que el desarrollo del capitalismo industrial brasileño chocaba con el límite que le imponía la estructura agraria. Al estrellarse contra el otro límite, representado por sus relaciones con el imperialismo, todo el sistema entraba en crisis” (Marini, 1971, p. 100). As conclusões que derivam de tais afirmações vão de encontro com os principais momentos históricos de constituição das indústrias nacionais após 1930, assim como resume “o caráter da revolução brasileira”:

Por lo general, los estudiosos están de acuerdo en aceptar la fecha de 1930 como el momento decisivo que marcó el tránsito de una economía semicolonial, basada en la exportación de un sólo producto y caracterizada por su actividad eminentemente agrícola, a una economía diversificada, animada por un fuerte proceso de industrialización. [. . .] La cuestión fundamental está en comprender porque la revolución de 1930 condujo a ese equilibrio político, y más exactamente por qué tal equilibrio se basó en un compromiso entre la burguesía y la antigua oligarquía terrateniente y mercantil. [. . .] El segundo error es el de creer que la burguesía industrial no ha luchado para imponer su política, siempre que sus intereses no coincidían con los de la oligarquía latifundista-mercantil. Toda la historia político-administrativa del país en los últimos cuarenta años ha sido, justamente,

la historia de esa lucha en el terreno del crédito, de los tributos, de la política cambiaria. Si el conflicto no fue ostensible, si no estalló en insurrecciones y guerras civiles, es precisamente porque se desarrolló en el marco de un compromiso político, el de 1937. Los momentos en que ese compromiso ha sido puesto en jaque fueron aquellos en que la vida política del país se convulsionó: 1954, 1961, 1964. (Marini, 1971, pp. 92-4).

Entretanto, considera-se neste trabalho que a teoria do valor que seria empregada em seu trabalho de maior destaque, por si mesma, é insuficiente para confirmar as conclusões que estariam apresentadas em *Dialética da dependência* (2011). Assim, as considerações históricas encontradas anteriormente (1971) são essenciais na defesa da correção de suas análises sobre o ciclo do capital em economias dependentes, mas, por seu lado, não seguem o método de entalhe ontológico das diferenças processuais específicas das formações capitalistas para compreender a estrutura que configurou a superexploração da força de trabalho no Brasil. O processo escolhido por Marini é complexo e deriva tanto de suas conclusões históricas disponíveis em *Subdesarrollo y revolución* (1971), como nos mostra o excerto:

La ruptura de la complementariedad entre la industria y la agricultura, conduciendo al planteamiento de la necesidad de una reforma agraria, determinó, por parte de la burguesía, el deseo de revisión del compromiso de 1937, revisión intentada con el segundo gobierno de Vargas (1951-1954), y con los gobiernos de Quadros (1961) y Goulart (1963-1964). En realidad, lo que pasaba era que el desarrollo del capitalismo industrial brasileño chocaba con el límite que le imponía la estructura agraria. Al estrellarse contra el otro límite, representado por sus relaciones con el imperialismo, todo el sistema entraba en crisis, la cual no solo revelaba su verdadera naturaleza, sino también lo impulsada hacia una nueva etapa de su desarrollo (Marini, 1971, p. 100).

Estas considerações são essenciais para suas pesquisas sobre o uso da teoria do valor na explicação dos mecanismos de suas transferências econômicas através dos diferentes modos ou graus de abstração que Marx utiliza, nos tratamentos dados aos três volumes d'*O capital*. É notável,

portanto, que o tratamento histórico dado ao problema em *Dialética da dependência* seja muito menor, enfatizando apenas os aspectos históricos formais, para apresentar a ideia do ciclo do capital nas economias periféricas e a justificativa da superexploração não somente pelo lastro histórico (fator mais fundamental da razoabilidade de tal categoria na relação entre capital e trabalho no Brasil) do comportamento burguês no Brasil e sua relação com os trabalhadores, mas à lógica intrínseca ao movimento do valor dentro das relações sociais de produção entre países centrais e dependentes. Ou como Marini deixa claro na nota 16 da página 142 (2001, *itálicos são nossos*): “Nosso propósito não é o de aprofundar agora o exame das contradições que coloca a produção capitalista em geral, mas apenas o de deixar claras *as determinações fundamentais da dependência latino-americana*”.

Não obstante a possíveis limites ao método escolhido por prezar substancialmente os relacionamentos econômicos fundamentais, é necessário registrar a originalidade da categorização da relação entre capital e trabalho nas economias latino-americanas feita por Marini (incluindo neste caso o Brasil). Decerto que foi fundamental a usurpação do poder estatal feita pelos militares para a consolidação da estrutura que rege a lei do valor das economias subordinadas. A diferença dos métodos, entretanto, levam a considerações sensivelmente diferentes do problema em pauta.

De Marini, em *Dialética da dependência*, o entendimento da questão parte da conferência de privilégio a um fator determinante (as trocas desiguais e os mecanismos de transferências do valor), da qual se tem neles a identificação do decisivo caráter determinante da anatomia nacional. Assim, Marini, desenvolvendo de maneira autóctone e ainda incipiente a teoria das abstrações de Marx, identificados nos diferentes tratamentos das abstrações econômicas apresentadas entre os volumes I, II e III de *O capital*, parte para as considerações destas trocas desiguais e da transferência de valor os substratos essenciais da reafirmação da dependência dentro do processo de desenvolvimento capitalista. Os mecanismos econômicos autoconstritores das trocas desiguais são elevados ao plano da explicação dos modos ou padrões de reprodução econômica que se apresenta pelo capitalismo *sui generis*. A solução encontrada pelo capital dependente em face dos mecanismos de transferência do valor das trocas desiguais para as economias centrais se encontra no uso intensivo da mão de obra abaixo do seu valor para compensar as perdas internacionais.

Pois bem, os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que aí se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, onde um aumento de trabalho implica pelo menos num maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que ademais podem se apresentar e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (Marini, 2011, pp. 149-50).

Como conclusão, temos de entender que Marini suspende a base histórica que o orientava em seus estudos para avançar nas teorias do valor e seu relacionamento *sui generis* do capital dependente, ou seja, Marini avança conscientemente para a abstração do relacionamento ampliado do capital

em seus regulamentos econômicos, o que se transfere a outras ordens de análise, instituída na formalização lógica dos regulamentos econômicos, que desenvolvem sua própria subordinação:<sup>2</sup>

Não é, entretanto, nosso objetivo estudar aqui as formas econômicas particulares que existiam na América Latina antes que esta ingressasse efetivamente na etapa capitalista de produção, nem as vias através das quais teve lugar sua transição. O que pretendemos é tão somente fixar a pauta em que há de ser conduzido este estudo, pauta que corresponde ao movimento real da formação do capitalismo dependente: da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação (2011, pp. 153-4).

Chasin, por outro, apresenta o problema pelo interior do itinerário do pensamento marxiano centralizado na crítica ontológica e seus suportes para o entendimento da entidade social brasileira que se configura na subordinação econômica. Segundo Chasin, os textos de Marx “Tomados em conjunto em seu significado fundamental, os textos não comparecem aí enquanto escritos erráticos, mas como passos de um itinerário deliberado, ciente da sua orientação, que se reforça na própria marcha”. Este progrediria no “Rumo dado, segundo o próprio autor, pela desembocadura de sua investigação primígena: «A anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política»” (2009, p. 75). Assim, Chasin nos apresenta o problema de acordo com os processos econômicos e históricos das diferenças específicas das formações capitalistas em sua via clássica inglesa, passando pela discussão das vias não clássicas do capitalismo e culminando na busca da história do Brasil formação capitalismo particular de extração colonial, configurando classes sociais dominantes que unem o velho e o novo e que são subalternas aos interesses externos, definindo a inexistência de objetivo por parte da burguesia nacional em se alçar ao mesmo patamar das outras potências econômicas (ou seja, a consciência e ação ativa econômica, social e política em prol de sua própria subordinação). A elite burguesa legada pela Via Colonial é antidemocrática e

2 Cf. R. M. Marini. O ciclo do capital na economia dependente [1979]. In: C. Ferreira; J. Osório & M. Luce. *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 21-35.

historicamente subordinada aos interesses internacionais. É a configuração histórica de sua economia e de suas classes sociais quem define a atrofia industrial do Brasil, dando então a forma de regulação entre capital e trabalho na superexploração: “Em síntese, à *via colonial* de efetivação do capitalismo é inerente o estrangulamento da potência autorreprodutiva do capital, a limitação acentuada da sua capacidade de reordenação social, e a redução drástica da sua força civilizatória (Chasin, 2000d, p. 221). Dito de forma econômica, e desta vez com a mesma análise de realidade do funcionamento do capital brasileiro de Marini:

A política econômica do sistema no poder consiste, *grosso modo*, numa forma de acumulação capitalista subordinada ao capital estrangeiro, em que a produção é direcionada para dois polos principais. De um lado, intensifica-se a produção dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletroeletrônicos e correlatos); para seu consumo é estruturado, internamente, um mercado privilegiado e reduzido. É o pacto com o segmento alto das camadas médias. Paralela e combinadamente, é desencadeado um esforço exportador.

Para que tal mecânica funcione, nas condições de um país subordinado ao capital estrangeiro, são necessários o concurso dos dinheiros internacionais e a aplicação do arrocho salarial sobre a grande massa dos trabalhadores. O primeiro aparece sob a forma de investimentos diretos e muito especialmente de empréstimos. O arrocho preserva a existência da mão de obra barata e faculta a produção de bens, ditos competitivos, para o mercado internacional. [. . .] Numa palavra, a organização dada à produção nacional é que determina a avassalante desigualdade na distribuição de riqueza. Em outros termos, a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a superexploração do trabalho, isto é, a miséria das massas trabalhadoras (Chasin, 2000c, p. 85).

No que segue em outro momento:

Foi em torno principalmente da problemática do capital estrangeiro que as clivagens brotaram e produziram o golpe militar de vinte e cinco anos atrás. Na sequência foi o *boom* econômico, articulado

sobre a “poupança internacional” e a superexploração do trabalho nacional (a mão de obra barata); depois de poucos anos a “ilha de prosperidade” feneceu, as dívidas não foram pagas, novos empréstimos foram feitos para pagar as dívidas passadas, até que ao longo de toda a década de 80 tudo se resumiu em “saldar os compromissos internacionais”, em pagar uma dívida — várias vezes paga — e impagável. A dívida foi estatizada, no estilo consagrado da privatização do Estado que caracteriza as relações brasileiras de poder, e o Estado arruinado, que então foi contraindo uma dívida interna que o humor nacional vem chamando de cassino financeiro, para uso e abuso do capital atrofico, que passou a crescer de noite e rigorosamente descansar de dia, à espera de novos aportes internacionais para então se decidir a voltar ao trabalho. A solução, portanto, como em 64, é esperada de fora. Mas, antes, consta que tem de ser feita uma faxina, senão o anjo bom não abrirá as asas sobre nós (Chasin, 2000d, p. 227).

Determinadas as diferenças entre autores, cumpre dizer que esta forma de superexploração da força de trabalho é apresentada por ambos como o pagamento da mão de obra abaixo do seu valor real, ou seja, abaixo do necessário ao consumo reprodutivo normal da classe trabalhadora. Isso implica dizer que a solução das políticas econômicas propostas durante os governos militares foram calcadas principalmente na política de arrocho salarial direto e na reprodução da miséria de grande parte da classe trabalhadora do país de um lado, enquanto concentrava enormes somas de capitais por outro.

Durante o Plano de Ação Econômica do Governo, os principais mecanismos identificadores dos processos inflacionários herdados dos governos anteriores constituíam na identificação do déficit público e dos aumentos salariais:

O primeiro aspecto que chama a atenção é o fato de que os novos mandatários acreditavam que os trabalhadores estavam auferindo salários além daquilo que era suportável para a economia brasileira, ou melhor, acima da produtividade da economia [. . .] Diante dessa situação, tornava-se necessária a disciplina salarial, pois só assim se conseguiria a estabilidade da economia. No entanto, estas metas não poderiam ser alcançadas num clima de normalidade democrática, uma

vez que o movimento sindical atingira alto grau de mobilização e dificilmente aceitaria sem luta o achatamento salarial, Portanto, para que o governo tivesse controle geral da situação e não encontrasse óbices à sua estratégia de crescimento acelerado, com concentração de renda, era de fundamental importância a imposição de três linhas básicas:

a) avocar para o Estado o poder exclusivo de regular a disputa entre capital e trabalho, de forma que a fixação do preço da mão de obra não perturbasse a macroeconomia do governo;

b) implementar uma legislação repressiva capaz de afastar da vida sindical os opositores do novo regime, bem como evitar que os sindicatos voltassem a ser controlados por ativistas da velha ordem ou por novos contestadores;

c) aprimorar a legislação corporativa anterior, visando disciplinar e cooptar os novos sindicalistas, a fim de constituir uma camada de dirigentes favoráveis à política do novo governo (Silva, 1996, p. 39).

Se o valor da força de trabalho é historicamente determinado, o conjunto de necessidades básicas das classes trabalhadoras aumenta com o desenvolvimento interno das forças produtivas, enquanto a política de arrocho salarial contrai sensivelmente o poder de consumo das classes trabalhadoras. A diferença das análises do processo feito por Marx é significativa pelo fato de constar do processo de formação da jornada normal de trabalho (representado pelas leis trabalhistas de refreamento à sucção de valor do capital de maneira excessiva), ou seja, como uma apresentação anterior à normalização da jornada de trabalho na Inglaterra (cf. Marx, 2003, pp. 305-74), o que nos mostra a diferença específica do caso brasileiro é que ela é um dos pilares fundamentais de organização e regulação da relação capital e trabalho no período dos governos militares: “Trata-se, desde logo, num país cultural e politicamente depredado e analfabeto, de massas física e espiritualmente exauridas, de uma tarefa para um aprendiz de feiticeiro, pois os velhos bruxos já esgotaram seus truques” (Chasin, 2000, p. 224).

Sendo assim, “No Brasil, essa questão se transformou num ciclo vicioso cruel: as classes dominantes, para acelerar o processo de acumulação, praticam uma economia de baixos salários [. . .] que tende a pressionar o salário mínimo para baixo [. . .] ou seja, um mercado com salários pagos



abaixo do valor da força de trabalho” (Silva, 1996, p. 44). No mesmo diapasão, “pode-se observar nitidamente que nos vinte e um anos de regime militar foi implementada uma *política de Estado, consciente e planificada*, com o objetivo de desvalorizar o preço da mão de obra e realizar o processo de acumulação acelerada” (Silva, 1996, p. 50, *itálicos do autor*). O que nos indica que a aproximação do método chasiniano corresponde melhor nas múltiplas determinações que compreendem o problema da superexploração da força de trabalho, em vez de decorrer de uma lógica inerente ao processo das trocas desiguais e das transferências de valores aos centros do capital que, apesar de tudo, ainda ocorrem e devem ser sopesadas como influenciadoras das determinações da relação capital-trabalho.

Os países latino-americanos mais importantes exibem perfis estruturais muito semelhantes em suas crises, Basta pensar em dívida externa, ou seja, desequilíbrio radical das relações internacionais; índices inflacionários explosivos, isto é, valorização improdutiva do capital levada ao paroxismo; privatização do Estado, vale dizer, instrumentalização estrutural do poder político pelo capital atrofico em seu benefício exclusivo; superexploração da força de trabalho, numa palavra, determinação de seu valor muito abaixo do *limite histórico ou social* configurado nos países centrais, e mantido, em grande escala, abaixo de seu próprio *limite mínimo ou físico*; incapacidade privada e pública de projetar e dar consecução a um itinerário de desenvolvimento autossustentado; e outras tantas características que não carece enumerar. Importa, sim, deixar bem grifado que, na origem e na resultante e envolvendo todo esse quadro desalentador, estão as estruturas de conexão e subordinação ao capital metropolitano superproduzido que, em sua própria crise estrutural, expressa na forma de produção destrutiva, não pode dispensar o espaço latino-americano para as aventuras compulsórias do capital financeiro internacional que, recordado seja de passagem, se apresenta em unidade solidária, mas não isenta de tensões e disputas intestinais, tendo por centro a crise do dólar, desde meados da década de 60, e o aparecimento de capitais não acomodados, ainda que cúmplices das tropelias da atuação econômica norte-americana. Em suma, a malha complexa e atual do que com toda a propriedade e correção os antigos chamavam de imperialismo. (Chasin, 2000d, p. 213, *itálicos no original*).

O que se formou no Brasil foi então uma enorme disparidade de remuneração entre os próprios trabalhadores, num gigantesco processo de miséria do proletariado mal remunerado e uma aristocracia assalariada, localizada nos quadros técnicos, especialistas e gerenciais das empresas.

### **3. Conclusão: a intensificação da superexploração estrutural como efeito pós-crise**

Eivadas do processo de redemocratização, as políticas econômicas dos governos sucessórios não apresentaram um sentido programático de alteração das relações capital-trabalho. Apesar dos avanços dos direitos civis apresentados, os fundamentos das políticas econômicas eram ainda exigências de organismos internacionais e, independente das tendências políticas que alçaram ao poder estatal, nenhuma das alas apresentou qualquer esboço de alteração das condições fundamentais da reprodução da classe trabalhadora no Brasil. Uma de suas consequências foi a abertura da terceirização das atividades-meio, na qual a relação capital-trabalho fica sensivelmente positiva para as imposições do capital.

Não obstante os últimos governos do Partido dos Trabalhadores, claramente mais generosos e aberto às necessidades das massas excluídas do processo de consumo do que em relação a seu antecessor, não havia em suas aspirações uma alteração significativa na composição da posse dos meios de produção pelas classes dominantes em direção às classes trabalhadoras do país. Resolvido o processo de redemocratização com a mesma conciliação com o passado apresentado na época das oligarquias agrárias, não houve um expurgo em definitivo dos mecanismos constrangedores tanto em sua arena política, mas, principalmente, nos fundamentos econômicos herdados dos governos militares. Dentre eles, a superexploração da força de trabalho não foi retirada da forma de organização do metabolismo social do capitalismo brasileiro, mas convive com políticas sociais de redistribuição de renda e ampliação do crédito ao consumo. As semelhanças entre os governos pós-redemocratização se resumem ao mecanismo de controle autocrático do Estado e seu parlamento, em conluio com figuras bonapartistas, que limitam a participação popular apenas ao sufrágio universal na escolha entre a figura de melhor ajuste social na gestão do capitalismo brasileiro:

O exemplo mais nítido, que ilustra de forma exemplar esse mecanismo no Brasil, tanto no Governo de Fernando Henrique Cardoso, como no de Luiz Inácio Lula da Silva, é a conformação de uma base de deputados e senadores aliados ao Poder Executivo no interior do Parlamento. Essa maioria legislativa foi fundamental à aprovação de uma série de mecanismos legais que permitiu a reconfiguração jurídica do Estado brasileiro de acordo com as prerrogativas da fração financeira do capital — desde a aprovação de medidas provisórias, até a reformulação da constituição brasileira durante o processo da revisão/reforma constitucional (1993-94/1995-99). O mecanismo utilizado para compor tal maioria foi a já conhecida distribuição de cargos pelo Executivo entre os partidos da base aliada, reforçando uma prática bem conhecida na estrutura autocrática brasileira. Mas, ao mesmo tempo em que a fração financeira se fez hegemônica no interior do bloco histórico liderado por ambos os partidos, PSDB e PT, as outras frações da burguesia também se fizeram representar através dos poderes Executivo e Legislativo, e o principal instrumento para sua realização foi — e é — a influência do *lobby*. Apesar de legalmente proibido no Brasil, a atividade lobbysta é mais que uma realidade na política brasileira, faz parte do processo decisório do Estado, em todas as suas esferas. As principais entidades representativas da burguesia brasileira possuem escritórios na capital federal que atuam diretamente junto a deputados, senadores e membros do alto escalão do Poder Executivo (cf. Diniz & Boschi, 2004). Utilizam-se de uma linguagem eufemística para designar suas práticas, arvorando-se como “empresas de consultoria” que prestam serviços ao poder público. Tal caracterização tem como finalidade driblar a justiça, que faz vistas grossas quando os interesses envolvidos estão de acordo com a ordem do capital. Na verdade, reproduzem as mais velhas práticas que fazem do Estado o “escritório da burguesia”. É essa mesma atividade lobbysta que garante as “doações faraônicas” aos principais candidatos que disputam a Presidência da República. E essa questão nos remete à uma última característica do bonapartismo *soft*: trata-se do monopartidarismo competitivo (Deo, 2011, pp. 54-5).

Após a redemocratização, não houve um expurgo em definitivo dos mecanismos constrangedores em sua arena política, mas houve alterações

sem grande profundidade, principalmente, nos fundamentos econômicos da remuneração do trabalho. Significa dizer que a superexploração da força de trabalho não foi superada na forma de organização do metabolismo social do capitalismo brasileiro, mas conviveu nos governos petistas através de políticas tímidas de valorização salarial, consolidação de políticas sociais de redistribuição de renda e ampliação do crédito ao consumo. Certamente as políticas redistributivas ensaiadas nos governos de FHC e alçadas a constituição de direitos das massas nas políticas públicas propostas pelos governos Lula e Dilma, a encenação em jogo não alterou os fundamentos restritivos da classe trabalhadora. Há que se notar que, anteriormente houve a diminuição sensível da capacidade de intervenção estatal na economia por meio das criminosas negociatas proporcionadas no processo de privatização com FHC. Contudo, após 2003, e no esteio do processo de valorização mundial das *commodities*, o governo conseguiu delimitar uma política de valorização real do salário mínimo que não alcançou as bases mínimas do necessário ao consumo das famílias com o salário mínimo em R\$ 937,00 em 2017 e, em fevereiro deste ano, o Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo Dieese gira no valor de R\$ 3.658,72. Dado então que a convivência com a superexploração da força de trabalho hoje se sustenta por formas indiretas pelos programas sociais e políticas creditícias para o consumo, que endivida sensivelmente a classe trabalhadora. Além disso, o que se observa nos governos petistas inclui também a criação de uma série de novas classificações na área de serviços (Micro Empreendedores Individuais, Pessoas Jurídicas que são Pessoas Físicas que prestam serviços) que escamotearam a real situação da classe trabalhadora, criando instrumentos legais de caracterização de trabalhos informais. A desindustrialização nacional, a continuação dos processos de privatização e conseqüente diminuição na capacidade de intervenção econômica pelo Estado são marcas que unem os diferentes governos pós-redemocratização. A crise de 2008, indevidamente sopesada pelas forças de então, acabaram por desconsiderar os efeitos desiguais e combinados que, mais cedo ou mais tarde, atingiriam a periferia do sistema do capital.

Os últimos governos petistas representaram então um alento mínimo às condições físicas de reprodução da classe trabalhadora, ainda é superexplorada em relação às suas necessidades básicas e em relação aos grandes centros capitalistas. Hoje a classe trabalhadora se vê endividada e sem acesso aos serviços públicos essenciais como saúde e educação e outras formas de serviço público.

Interessa destacar que essa *decisão estruturante* diz respeito, em suma, à relação entre *evolução nacional* e *progresso social* e que ela é muito diversificada no interior da universalidade do capital. Retomando os exemplos da história da França e da Inglaterra, contata-se que ambos se apoiam e estimulam mutuamente, em contraste com o que se passou na Alemanha, onde a evolução nacional se afirmava contra o progresso social. A contraposição, sob as condições de existências geradas pela *via colonial*, é ainda mais perversa, porque a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria exclusão do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vastos contingentes populacionais (Chasin, 2000d, p. 221, *itálicos no original*).

O que é dizer que, após o Golpe de Estado, a situação se agrava sensivelmente pela intensificação voraz de um processo lento e com resistências pontuais: no anúncio de arremedo de projeto econômico, Ponte para o Passado, o governo Temer parte em uma aventura ancorada na traição sob a pressão de investigações no judiciário, na mão da pequena política pelo controle e acesso de loteamento de cargos para avançar com pautas de interesses empresariais, o financiamento privado de campanhas e a histórica relação de corrupção entre setores da burguesia brasileira, em destaque para seus setores financeiros e oligopólios produtivos, e seus diferentes controles e influências econômicas dentro do Estado. Temos atualmente a declaração direta, sem os anteriores rodeios e pressões oriundas da base em que se formou o petismo, de profundos ataques à classe trabalhadora e o retorno do arrocho salarial, que será alçado através das perdas dos direitos trabalhistas históricos pela reforma trabalhista, pelo avanço da terceirização, pela reforma previdenciária e pelos efeitos da concorrência no preço da mão de obra do mercado de trabalho brasileiro, com os atuais índices de desemprego que chegam a, aproximadamente treze milhões de pessoas. É facilmente detectável a continuação das políticas calcadas nos tradicionais subsídios e isenções do Estado para grandes empresas e conglomerados nacionais e internacionais, a venda de ativos estatais e privatização intensificada, os juros estratosféricos que sustentam o endividamento

popular e o refluxo de grande parte do montante do orçamento público para o capital financeiro com o pagamento da dívida pública para bancos, fundos de pensão e investimentos com a participação de investidores nacionais e estrangeiros.

Na confusão e total perda de direção da capacidade de orientação econômica como efeitos deletérios da crise do sistema mundial do capital, hoje se apresenta uma série de respostas solucionadoras para a retomada das taxas de lucro do capital nacional. No esteio de um congresso extremamente conservador e altamente conectado com as elites do passado e as novas, suportadas pela financeirização e criação de conglomerados nacionais com condições de ação internacional, que correspondem ao processo de redemocratização sem ruptura com seu passado de joelhos para o presente, as pautas que incidem sobre a relação capital-trabalho estão no centro da discussão, incluindo também as políticas sociais do Estado, dando as costas para qualquer possível futuro. Todas elas apresentam uma relação desfavorável ao processo de regulação da relação capital-trabalho e da manutenção de políticas públicas de redistribuição de renda, do que se apresenta não somente a reiterada excludência do progresso social, mas principalmente a intensificação da nulificação social de vastos contingentes populacionais.

Ainda em que esteja transição o controle das frações burguesas sobre o Estado, o que se apresenta ao horizonte do mundo do trabalho são enormes retrocessos que, na incontestabilidade histórica do Brasil é aplicado após as reformas de flexibilização produtiva e laborial na Europa e Estados Unidos, mas que em nosso caso podem colocar a reprodução da miséria em níveis anteriores aos duramente conquistados desde o processo de redemocratização. Portanto, para entender os dilemas nacionais antes de tudo, devemos voltar seus estudos à composição histórica de nossa realidade nacional, com vistas a reforçar seu entendimento do surgimento da industrialização brasileira, seus relacionamentos entre as classes sociais na passagem da dominância agrária para a urbano-industrial e suas efetivas consequências para a realidade brasileira atual. Isso se faz necessário na exata medida em que as histórias das formações sociais nacionais não são imediatamente identificáveis ou comparáveis como se orientam suas pesquisas na área, a não ser pela aparência de seus fenômenos mais superficiais, mas não de suas raízes constitutivas e de seu comportamento social de produção em particular. Aqui, a contribuição ao pensamento social se

funda na intersecção da teoria social brasileira de cunho histórico e marxista, em sua discussão sobre a materialidade histórica na composição de suas relações sociais de produção e suas determinações no controle do aparato estatal para consecução dos interesses econômicos dominantes.

O pensamento crítico deve buscar entender as relações históricas de nossas classes sociais e suas relações de domínio do Estado. Delinear o processo atrofico de sua industrialização subordinada ao imperialismo, marca de suas desigualdades regionais nacionais tão acentuadas e dos enormes índices de exclusão social em sua etapa de modernização. Em suma: “a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. *O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa*” (Marx & Engels, 2007, p. 42, *itálicos nossos*). Dado então que a convivência com a superexploração da força de trabalho hoje se dá por formas indiretas pelos programas sociais e creditícios para o consumo de bens duráveis, que endividada sensivelmente a classe trabalhadora nos seus parcos rendimentos. Além disso, o que se observa nos governos petistas inclui também a criação de uma série de novas classificações na área de serviços (Micro Empreendedores Individuais, Pessoas Jurídicas que são Pessoas Físicas que prestam serviços) que escamotearam a real situação da classe trabalhadora. A desindustrialização nacional, a continuação dos processos de privatização e consequente diminuição na capacidade de intervenção econômica pelo Estado são marcas que unem os diferentes governos pós-redemocratização. A crise de 2008, indevidamente sopesada pelas forças de então acabaram por desconsiderar os efeitos desiguais e combinados que, mais cedo ou mais tarde, atingiriam a periferia do sistema do capital. Ainda não efetivamente terminado, o que se apresenta ao horizonte do mundo do trabalho são enormes retrocessos que podem colocar a reprodução da miséria em níveis ainda mais acentuados dos que se apresentam hoje.

### Referências

- ASSUNÇÃO, V. N. F de & SARTÓRIO, L. Ap. V. A crítica chasiniana à analítica paulista. In: *Verinotio*, n.º 9, ano V, nov. 2008, Edição Especial: J. Chasin.
- CARDOSO, F. H.; FAUSTO, B. et. al. In: FAUSTO, Boris (org.). *História*

- geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CHASIN, J. Ad hominem – rota e prospectiva de um projeto marxista. In: *Ensaio Ad Hominem 1 – Tomo III: Política*. Santo André: Ad Hominem, 2000a.
- CHASIN, J. A Via Colonial de entificação do capitalismo. In: *A miséria brasileira – 1964-1994: do Golpe Militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000b, pp. 37-58.
- CHASIN, J. As máquinas param, germina a democracia!, In: *A miséria brasileira – 1964-1994: do Golpe Militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000c, pp. 79-108.
- CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: *A miséria brasileira – 1964-1994: do Golpe Militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000d, pp. 177-288.
- CHASIN, J. Hasta cuando? a propósito das eleições de novembro. In: *A miséria Brasileira – 1964-1994: do Golpe Militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000e, pp. 121-43.
- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- FERREIRA, C.; OSÓRIO, J. & LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. Nova York; Londres: Monthly Review Press, 1969.
- FRANK, A. G. *Latin America: underdevelopment or revolution*. Nova York; Londres: Monthly Review Press, 1969.
- FRANK, A. G. *Dependent accumulation and underdevelopment*. Nova York; Londres: Monthly Review Press, 1979.
- FRANK, A. G. *Crisis in the Third World*. Londres: Heinemann, 1981.
- FRANK, A. G. *Lumpenburoesía: lumpendesarrollo*. México D. F.: Serie Popular Era, 1974.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.



- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *The capital: a critique of political economy*. Vol. II. Londres: Penguin, 1992.
- MARX, K. *The capital: a critique of political economy*. V.II. Londres: Penguin, 1991.
- MARINI, R. M. Crítica à “A revolução brasileira” de Caio Prado Jr. In: STEDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. In: MARTINS, C. E. (org.). *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre – Clacso, 2008, pp. 107-50.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R. & STEDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARINI, R. M. En torno a dialéctica de la dependencia (postscriptum). In: MARTINS, C. E. (org.): *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre – Clacso, 2008, pp. 151-64.
- MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). In: MARTINS, C. E. (org): *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre – Clacso, 2008, pp. 165-234.
- MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1971.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRADO JR., C. A revolução brasileira. In: PRADO JR., C. FLORESTAN, F. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2007a.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO JR., C. Os fundamentos econômicos da revolução brasileira. In: SANTOS, R. (org). *Caio Prado Jr.: dissertações sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense; Fundação Astrojildo Pereira, 2007b, pp. 131-42.

- LENIN, V. I. U. The agrarian programme of russian social-democracy. *Colected works*. Moscou: Progress Publishers, 1963, vol. 6, pp.105-48.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- RAGO FILHO, A. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. *Verinotio*, n.º 11, ano VI, abr. 2010.
- SILVA, E. S. *A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. Doutorado (Economia). Campinas: Unicamp, 1996.
- SILVA, S. M. & ALVES, A. J. L. J. Chasin e a tese da “Via Colonial”. *Verinotio*, n.º 9, ano V, nov. 2008, Edição Especial: J. Chasin.
- TRASPADINI, R. & STEDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.